

# PEQUENOS MUNICÍPIOS E AGRONEGÓCIO: dinâmicas e impactos em Sebastião Leal (PI)

Valéria Silva\*

**Resumo:** este artigo, originário de pesquisa de campo realizada em Sebastião Leal (PI), município que compõe o território conhecido como última fronteira agrícola do Brasil, tematiza a realidade instalada localmente a partir da chegada do agronegócio, traçando a caracterização sócio-econômico-cultural da cidade, localizada no cerrado do sudoeste piauiense, trazendo a agricultura em escala para consideração quanto aos processos em curso e impactos que desencadeia localmente sobre a agricultura camponesa tradicional e seus modos de vida. Utilizou-se, para tanto, da etnografia, da observação direta, da entrevista semiestruturada e da análise documental.

**Palavras-chave:** Pequenos municípios. Piauí. Agronegócio.

**Abstract:** this article from field research conducted in Sebastian Leal (PI), county that composes the territory known as the last agricultural frontier of Brazil. Focuses the reality installed locally from the arrival of agribusiness tracing the socio-economic-cultural setting of the city located in the Piauí southwest, bringing agriculture scale for consideration as those processes and impacts that triggers locally on the traditional peasant agriculture and their livelihoods. The methodology used is ethnography, direct observation, semi-structured interviews and documentary analysis.

**Keywords:** Small municipalities. Piauí. Agribusiness.

## 1 Introdução

Com a escassez de terras e o conseqüente alto custo das mesmas, o agronegócio desencadeou uma diáspora pelo Brasil, fazendo-o migrar do sul do País ao Sudeste, Centro-Oeste e depois Norte. Seguindo em busca de terras e mão de obra de baixo preço, o agronegócio aportou nos derradeiros estados brasileiros ainda com grandes áreas de terra não cultivadas em escala, como o Maranhão, o Tocantins, a Bahia e o Piauí. Neste último, as terras do cerrado, ao sul e sudoeste deste Estado, levaram-no a ser considerado o mais promissor dos produtores de soja do Nordeste, tendo ocupado o segundo lugar na produção da safra de 2010, com 63,4 mil hectares plantados. Ancorado nesse ambiente, o presente trabalho enfoca como tema central a presença da agricultura em escala em pequenos municípios, objetivando configurar a caracterização local, a performance econômica municipal, as dinâmicas e impactos da produção sobre a ocupação e o uso da terra, o meio ambiente e os modos de vida locais. Para tanto, utilizou-se da etnografia, da observação direta, da entrevista semiestruturada e da análise documental.

A pesquisa foi realizada, no período 2010-2013, na localidade rural Roça Nova, em Sebastião Leal,

cidade situada a 435 km da capital, Teresina, tendo por sujeitos os moradores e moradoras da localidade, envolvidos direta e/ou indiretamente com a agricultura de provisão (GODOI, 1999) e com o trabalho nas fazendas de soja. Todos os participantes são apresentados com nomes fictícios, a fim de que suas identidades sejam preservadas.

O artigo está organizado em cinco seções. Em seqüência a esta Introdução, a segunda seção apresenta a configuração geral do pequeno município estudado; a terceira, trata do processo de ocupação das terras do sudoeste e do município estudado; a quarta, do perfil de produção e renda municipais no ambiente do agronegócio, para concluir, na seção 5, apontando os desdobramentos encontrados.

## 2 Um pequeno município do sudoeste piauiense: caracterização geral

Sebastião Leal está situada na mesorregião do sudoeste piauiense, na microrregião de Bertolândia,<sup>1</sup> tendo por fronteiras, ao norte, Landri Sales e Canaveira; ao sul, Manoel Emídio e Uruçuí; ao oeste, Uruçuí e Landri Sales e, ao leste, Manoel Emídio, Bertolândia e Canaveira. De acordo com a lei complementar n. 87/2007-PI, Sebastião Leal faz

parte do Aglomerado 25, do Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Conforme Aguiar e Gomes (2004, p. 2), “a sede municipal tem as coordenadas geográficas de 70° 33' 56" de latitude sul, e 44° 03' 50" oeste de Greenwich [...]”. O clima do município é quente e semiúmido, por volta de 30° durante o ano, com chuvas ocorrendo de novembro a maio, concentradas nos meses de janeiro, fevereiro e março.

A cidade foi formada a partir de áreas territoriais antes pertencentes aos municípios de Bertolínia e Uruçuí, sendo emancipada em 1994, por meio da lei estadual 4.680, de 26 de janeiro de 1994 (IBGE CIDADES, 2011a), no esteio de uma política de desmembramento de territórios levada a cabo pelas elites políticas brasileiras e piauienses, no esteio de um movimento de geração de fontes de recursos fiscais e de novas bases políticas para os grupos que atuavam nas regiões atingidas.

A pesquisa de campo revelou que a emancipação do município não goza de legitimidade unânime dentre os moradores de Roça Nova. Seu Armando assim se manifestou sobre esta questão (grifo nosso): “Ói, moça, o Irapuá foi aí emancipado, mas eu mesmo não dou **quarentena** por isso, não”. Na simplicidade de sua narrativa, Seu Armando quis dizer que a emancipação não implicou em alterações substanciais para o município; e o modo como permanece denominando a cidade - Irapuá - denota que sequer legitima a nova designação e possivelmente também não reconheça Sebastião Leal como cidade. Cidade, para ele, é Bertolínia, Uruçuí, Floriano e demais municípios de maior porte e de maior complexidade urbana.

Floriano, como o maior centro urbano mais próximo, situado a 160 km de Sebastião Leal, com população de 57.690 habitantes e densidade demográfica de 16,92 hab/km<sup>2</sup> (IBGE CIDADES, 2011b), também deste ponto de vista, ancora as referências citadinas adotadas por Seu Armando e os demais. A propósito, é em Bertolínia, e mais especialmente em Floriano, que a população de Sebastião Leal busca “serviços bancários, assistência médico-hospitalar, assistência educacional complementar [...] vestuários, calçados e produtos industrializados diversos.” (SOUSA, [s.d.], p. 14). O sistema de transporte alternativo das vans, que pratica preços e condições mais vantajosos do que o ônibus, facilita a movimentação dos moradores, fazendo desses

municípios as referências maiores de urbanidade para os residentes em Sebastião Leal.

Outros dados populacionais de Sebastião Leal auxiliam no dimensionamento local. A população informada (4.116 mil habitantes) está distribuída em uma área territorial de 3.111,103 km<sup>2</sup>, consolidando a densidade populacional apontada de 1,31 hab./km<sup>2</sup>. Da população encontrada, 2.151 pessoas são homens e 1.965 mulheres,<sup>2</sup> sendo que 1.922 habitantes residem no núcleo urbano e 2.194, na área rural. Do total de habitantes, 1.124 estão na faixa etária de 15 a 29 anos, os quais representam 27,3% da população e constituem o potencial populacional para a reprodução da agricultura tradicional e/ou avanço da agricultura em escala no município (IBGE CIDADES, 2011c).

A população de Sebastião Leal encontra-se instalada em 1.131 domicílios particulares permanentes e a quantidade de habitantes por domicílio particular permanente é de quatro pessoas residentes em cada domicílio, sendo este o total mais expressivo. Nos estratos superiores, encontramos 165 domicílios onde habitam cinco pessoas e 80 onde habitam seis pessoas. Nos estratos acima de seis pessoas, a quantidade de domicílios segue diminuindo. Nos estratos inferiores, está registrado que em 254 domicílios residem três pessoas e em 224, apenas duas pessoas (IBGE, 2011). É possível observar que as famílias pequenas são mais expressivas, embora se trate de uma realidade onde a maioria da população ainda reside no meio rural, apontando que o próprio rural vem sofrendo influências do padrão urbano também no tocante à constituição familiar.

Quanto ao acesso aos serviços sociais, dos domicílios estabelecidos, 755 possuem abastecimento de água em rede geral e apenas 983 casas possuem energia elétrica fornecida pela companhia distribuidora local. 650 domicílios contam com banheiro de uso exclusivo e 731 domicílios queimam o lixo produzido (IBGE, 2011). O município de Sebastião Leal dispõe de um posto de saúde com duas equipes de saúde da família, porém, com restrita possibilidade de internação,<sup>3</sup> o que é oferecido mais apropriadamente na cidade vizinha de Bertolínia, situada a 18 km, em um único estabelecimento, ou nas cidades de Uruçuí e Floriano, que possuem uma rede de serviços de saúde mais ampla e de maior complexidade. Em situações que requerem intervenção de alta complexidade, o atendimento é buscado em Teresina.

No que se refere à situação educacional, o levantamento do IBGE (2004) apontou que, em 2001, havia 544 pessoas de 10 anos ou mais que **não possuíam qualquer instrução ou que tinham menos de um ano de estudo** e 1.411 pessoas da mesma faixa etária que tinham cursado apenas de um a três anos de estudo. Isso significa que, naquela data, praticamente a metade da população se encontrava nas condições de exclusão educacional apontadas. Por outro lado, os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2011) informam que o quadro geral tem melhorado, mas ainda persistem 27,7% de pessoas analfabetas, contra 2.733 pessoas alfabetizadas. Destas últimas, 1.394 delas residem no meio urbano e 1.339, no meio rural. Considerando a diferença populacional para mais no meio rural, encontramos que 72,5% da população urbana estão alfabetizados, contra 63,5% da rural, o que evidencia a permanência da desvantagem rural quanto ao acesso à educação.

A rede escolar disponível na cidade conta com 16 estabelecimentos pré-escolares, 17 do ensino fundamental, urbanos e rurais (IBGE, 2011), e, de acordo com as informações locais, duas escolas de ensino médio, uma municipal e outra estadual, estão instaladas na sede do município, ambas com acesso a *internet*. Nesta última também funciona a Universidade Aberta do Brasil (UAB), operada através da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em convênio com o Governo do Estado, o qual instituiu a Universidade Aberta do Piauí (UAPI). Em 2009, o município contava com 758 matrículas no ensino fundamental e 92 no ensino médio.

Quanto à religião, não obstante o catolicismo mostrar-se forte, com a participação inclusive dos jovens, quase um terço da população da cidade é de evangélicos, o que merece destaque. De acordo com IBGE Cidades (2011d), da população residente em Sebastião Leal, 3.441 declaram-se católicos apostólicos romanos, 1.429 declararam-se evangélicos, vinculados a igrejas diversas, 3 se disseram espíritas e 69 informaram não ter religião. No levantamento não foi registrada nenhuma resposta para umbanda e candomblé. Por meio da etnografia, localizamos dois templos protestantes na sede do município - Igreja Batista e Assembleia de Deus - e um templo católico, tendo São João Batista como seu padroeiro.

Ainda conforme nossa pesquisa, o peso populacional e comercial da sede do município de Sebastião Leal encontra-se ao longo da avenida central da cidade, de nome Ulisses Guimarães,

congregando para esse espaço os interesses dos habitantes, tanto da sede como das localidades rurais. Um cenário característico dessa avenida é o profuso trânsito de carretas que operam o transporte de equipamentos, insumos, soja, milho e derivados. Além dessa importante via, existem as pequenas ruas transversais e a praça João Veloso - segundo maior espaço das sociabilidades locais -, perto da qual está localizada a prefeitura e a igreja católica.

As casas da cidade ainda não possuem a numeração feita pela prefeitura, entretanto, isso não impede o trabalho dos Correios, visto que o carteiro conhece todos os moradores, posto que partilha das relações de interconhecimento locais. Para quem mora nas localidades rurais, o mais comum é o uso do endereço de conhecido ou parente residente na cidade.

Do ponto de vista institucional, além da prefeitura, também observamos que a cidade conta com a Câmara de Vereadores, o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Centro de Referência da Assistência Social, uma biblioteca municipal e uma delegacia de polícia. Existem ainda na cidade uma agência dos Correios, um caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal, um posto do banco Bradesco, um posto telefônico, telefonia celular de duas operadoras, uma *lan house*, três pequenos hotéis, dois clubes, duas lojas de departamentos de pequeno porte, pequenas lojas de produtos diversos, vários mercadinhos, duas lanchonetes e pequenos bares diversos. Dentre as lojas existentes, algumas comercializam roupas de grife originais, que, segundo os moradores da localidade rural Roça Nova, são todas vendidas com celeridade e a preço alto. Para o transporte de passageiros entre a cidade e demais municípios vizinhos, bem como a capital, Teresina, os moradores contam com o ônibus da Viação Princesa do Sul.

Por último, registramos a polêmica em torno da denominação recebida pela cidade quando da sua emancipação. A história local registra que o lugar recebeu o nome de Irapuá dos pioneiros portugueses que chegaram à região, em uma menção às abelhas ali encontradas. Posteriormente, Eugênio Borges Leal foi quem primeiro fixou moradia no local, estimulando outras pessoas a segui-lo (SOUSA, [s.d.]). Com a emancipação, o município passou a ser denominado Sebastião Leal, em homenagem a um deputado do Piauí, falecido em 1993, reforçando a

interpretação de que os interesses políticos orientaram a escolha. Assim, alguns munícipes, como Dona Eva, disseram que “[...] se fosse pra gente escolher, eu acredito que não ia ser este nome. Podia ser Irapuá ou outro nome.” Na localidade Roça Nova, a cidade aparece na fala das pessoas como Irapuá, mesmo dentre aquelas mais jovens, já nascidas após a emancipação.

Traçados os marcos gerais, resta, então, situar o município no novo contexto produtivo da região do sudoeste piauiense, alinhando alguns impactos do fenômeno para a sociedade local.

### 3 Dos agricultores locais aos fazendeiros da soja: a ocupação das terras

Discutindo o processo da ocupação do cerrado, Moraes (2006), apoiando-se no argumento de diversos autores, propõe que o imaginário partilhado por aqui configura um sudoeste ermo, embrenhado nas chapadas e tabuleiros e vivendo em torno das práticas rudimentares de subsistência. Assim os ocupantes se comportaram, porque, separados por grandes distâncias dos núcleos urbanos, e também um dos outros, sem acesso aos serviços públicos básicos (estradas, financiamentos, tecnologias, educação etc.), permaneciam sem possibilidades de imprimir dinâmica mais arrojada à interação que mantinham com o que lhes oferecia a natureza.

Por outro lado, o ideário de que as terras de constituição areno-argilosa, predominantes no local, eram pouco apropriadas à agricultura (SOUSA, [s.d.]),<sup>4</sup> determinavam certo desinteresse dos governos e eventuais exploradores pelo local, constituindo uma representação do sudoeste como vazio (MORAES, 2006) a exemplo do que Heredia, Palmeira e Leite (2009, p. 24, grifo nosso) encontraram também em relação a outras regiões exploradas pela monocultura:

Com efeito, até os anos 70 do século passado, as terras dos estados do Centro-Oeste, **hoje cobertas pela soja, eram consideradas inadequadas para agricultura** e eram ocupadas por populações indígenas e pequenos posseiros, além de algumas fazendas de pecuária extensiva dispersas ao longo de um vasto território.

Orientando práticas e discursos, esse entendimento sofreu profunda alteração a partir da década de 1970, consolidando também no Piauí outra narrativa acerca dos cerrados. De acordo com Moraes (2006, p. 174), os anos 1990

[...] rompiam definitivamente, com o imperativo do destino pastoril e assumiam a idéia da vocação agrícola como mais uma feição da economia piauiense [...]. Sem, dúvida, isto se vincula ao processo de incorporação dos cerrados

piauienses, que, a partir do final dos anos de 1980, ganharia visibilidade como uma nova frente de expansão do agronegócio do complexo carnes/grãos, mais tarde largamente tratada como uma nova fronteira agrícola.

Foi nessa vaga de reorientação produtiva dos cerrados que Sebastião Leal, e municípios vizinhos, teve o seu cenário reconstruído a partir da ostensiva presença das propriedades monocultoras graníferas instaladas na região, com o apoio material e a parceria política do Estado.

Historicamente com produção centrada na agricultura de aprovisionamento, cultivada em terra sem cerca, livre, a partir da década de 1970, o município experimentou uma importante mudança na sua estrutura fundiária, no processo, no tipo e na quantidade de produção gerada. Com aqueles que os moradores denominam de “projeteiros”, chegou também significativo montante de recursos provenientes da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Segundo os habitantes locais, os projeteiros foram os primeiros grandes produtores adeptos da moderna agropecuária que ali chegaram na década de 1970, inicialmente, no município de Uruçuí (Diário de Campo, 2011). Estimulados pelos incentivos provenientes dos governos federal e estadual, o propósito era investir na produção de caju e na pecuária, entretanto, a iniciativa “[...] na realidade não resultou em produção agrícola, mas em ocupação especulativa de terras” (MONTEIRO; AGUIAR, 2006, p. 173).

A interpretação de Seu Vicente corrobora o afirmado pelas pesquisadoras supra:

[...] os projeteiros chegaram e tomaram tudo [...]. E ainda hoje a gente sofre... sofre essa consequência grande da questão fundiária mesmo [...]. Aqui havia a ideia de quem marcasse um aceiro [limite] de terra, garantia aquela terra. Aí, foi quando eles [os projeteiros] chegaram e encostaram em nós.

Assim começava a demarcação de grandes extensões de terra que serviriam inicialmente aos projetos de modernização agrícola e onde posteriormente se instalaria o agronegócio por meio da monocultura de soja no município de Sebastião Leal. Anos depois, a maior parte dos projeteiros abandonou a região, sendo sucedidos, a partir de década de 1990, por grandes produtores do sul e do sudeste brasileiros; estes, assim como os projeteiros, também recebendo estímulos estatais - aspecto que tem marcado as mudanças por que passa a agricultura no Brasil.

Tratando da questão da presença estatal nas recentes modificações sofridas pelo campo brasileiro, Heredia, Palmeira e Leite

(2009, p. 14, grifo nosso) afirmam que

[...] são os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão. No início essa presença se traduziu na política de terras (assentamentos), mas logo se manifesta na política de inovações tecnológicas e de pesquisa, naquilo que alguns autores denominaram como “recriação dos solos”, por intermédio da correção da acidez das áreas de cerrados, ou ainda pelo melhoramento genético de sementes, na implantação de infraestrutura local, etc. [...]. A presença do Estado não elimina, por certo, aquela dos grandes grupos empresariais, que se somaram aos fazendeiros tradicionais, aos colonos também presentes [...], ou ainda, a atuação *in loco* das empresas multinacionais (*tradings*), etc. Mas, **a leitura corrente desse processo deixa – em maior ou menor grau – explícita a ideia de que as transformações operadas nessas áreas a partir do final dos anos 1980 e durante todo período seguinte foram tributárias exclusivamente da iniciativa privada**, reforçando a construção do mito do pioneiro externo (“gaúcho”) que, desembarcando nessas terras “vazias”, dedicaram-se ao trazer o processo civilizatório (e sua correspondente variante tecnológica agropecuária) para uma região supostamente desprovida de investimentos públicos e de atividades à cargo de grupos locais.

Embora apreciem realidades do agronegócio presente em outros estados do Brasil, a análise feita pelos pesquisadores supracitados poderia ser perfeitamente referente ao que acontece no Piauí. Aqui, a ocupação do cerrado piauiense, a despeito de ter ocorrido tardiamente, não se fez corrigindo os problemas já experimentados em outros estados brasileiros. Os estudiosos do assunto ad-vertem que o fenômeno deveu-se ao fato de que o

Governo do estado do Piauí, com o objetivo de tornar a região um significativo polo de agricultura comercial, a exemplo do que acontecia em Barreiras (Bahia) e em Balsas (Maranhão), incentiva o uso de mecanismos estatais de financiamento à agropecuária e institui políticas de favorecimento à obtenção de terras, uma vez que o Estado detinha vastas áreas de terras disponibilizadas através da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) a preços ditos “simbólicos.” (MONTEIRO; AGUIAR, 2006, p. 3, grifo das autoras).

Mas também aqui a autoria do feito é obliterada.

A ostensiva presença estatal oferecendo suporte aos campos de soja não se popularizou naquela região. A voz corrente no sudoeste piauiense é de que os grandes realizadores da transformação do campo piauiense são os gaúchos ou “os home do Sul”, como dizem os locais.

#### 4 As fazendas de soja e os impactos socioeconômicos na cidade

No período da pesquisa já estavam instaladas em Sebastião Leal diversas propriedades voltadas para a produção de soja e milho, além de duas

grandes empresas do agronegócio, produtoras de grãos, mais conhecidas como fazendas de soja: a Progresso e a Chapada do Céu/Girassol. No entorno do município, especialmente no município vizinho de Uruçuí, existem, dentre outras, Trento, Buzzato, Cruzeiro do Sul, Graúna, Canel, Ouro Fino, Campo Verde e Bunge, as quais concentram suas produções nos grãos de soja, milho e algodão, com produção menor de milheto, algum girassol, feijão e arroz e, por vezes, alguma atividade de pecuária.

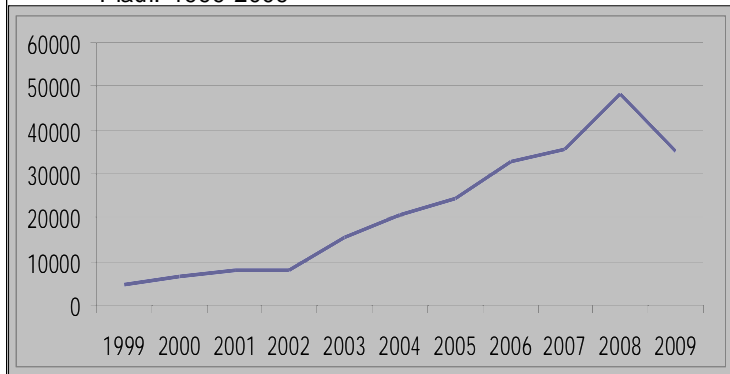
Do ponto de vista da produção alcançada nesse período no sudoeste piauiense, encontramos em Dantas e Monteiro (2010, p. 1) que

A ocupação do cerrado piauiense alicerçado no cultivo de soja, apesar de intensificar-se a partir da década de 1990, integrou o mesmo modelo de modernização agrícola, iniciado e capitaneado pelo governo brasileiro duas décadas antes. A ocupação agrícola da região assentada na monocultura da soja e no tripé grandes extensões de terras, mecanização e adubação química, provocou impactos ambientais, como o desmatamento, o aumento de emissões de gases de efeito estufa, a perda de patrimônio genético e de *habitat* de espécies nativas, a contaminação dos solos e das águas com resíduos de fertilizantes e agrotóxicos e, principalmente, a aceleração das taxas de erosão.

Como se pode ver, as realidades de produção e circulação dos bens produzidos pelas fazendas de soja guardam semelhanças, desde o seu nascedouro, com as condições hoje presentes no agronegócio brasileiro como um todo. Além das características citadas, também ali se pode encontrar a concentração de renda, o trabalho temporário precarizado, a evasão de capital para os grandes centros etc. Entretanto, somam-se às condições explicitadas também as oportunidades de assalariamento, com a consequente capitalização de parte dos camponeses, incidindo sobre a independência financeira, o rompimento com a hierarquia paterna, a inserção no mercado, enquanto consumidores, e a diferença de *status* diante dos demais. São essas as razões apontadas para a busca do emprego como safrista da soja, especialmente pelos jovens locais. Durante a pesquisa, observamos que é recorrente a alegação de que o trabalho na roça “é muito sofrido”; “não recebe apoio”; “não dá para nada, só para o básico mesmo [para alimentação]” e de que a soja é a alternativa para todos. Desse modo, asfixiada pela presença da monocultura, pela escassez decorrente da falta de oportunidades e pela ausência de políticas públicas de apoio aos locais, a agricultura tradicional enfrenta sérias dificuldades à sua reprodução.

Cabe analisar, então, como o agronegócio impacta o perfil econômico do município em geral. De acordo com o IBGE Cidades (2011c), enfocando o PIB ali encontrado em um período de 11 anos, de 1999 a 2009, exatamente correspondente ao período de consolidação da soja no município, a linha que encontramos é ascendente (Gráfico 1):

**Gráfico 1** - Produto interno bruto. Sebastião Leal. Piauí. 1999-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do IBGE Cidades (2011c).

Com o PIB crescente até 2008 e, em 2007, exibindo PIB *per capita* da ordem de R\$ 8.676,00 - o maior da microrregião e superior ao do estado do Piauí, o qual no mesmo período era de R\$ 4.661,00 -, as novas condições do município não têm alterado o alto índice de pobreza da sua população. Naquele mesmo período o IBGE (2002, IBGE 2003) registrava que 52,72% dos munícipes eram pobres e destes 38,77% se encontravam abaixo da linha de pobreza. Por outro lado, as estatísticas de 2010 mostram discreto aumento de pobres, subindo para 52,77% da população (IBGE, 2011). Segundo a mesma fonte, a população ainda apresenta pobreza subjetiva da ordem 64,31 e Índice de Gini correspondente a 0,33 (IBGE, 2011c). Ainda operando com os dados do Censo 2010, do IBGE, ao abordar os níveis de renda domiciliar, os mesmos se comportam de maneira a ratificar considerável quadro de empobrecimento quando apresentam que 35,5% dos domicílios se encontram com renda que varia de 0 a ½ salário mínimo (Tabela 1). Tendo por referência que a média de habitantes por domicílio é de quatro pessoas, teremos que em 401 domicílios da cidade as pessoas sobrevivem com renda *per capita* mensal de, no máximo, de R\$ 68,13.

**Tabela 1** - Rendimento mensal em salários mínimos (SM) distribuído pelos domicílios particulares permanentes. Sebastião Leal. Piauí. 2010

Sem rendimento	Até ½ SM	Mais de ½ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM
221	180	244	302	160	20	2	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do IBGE, 2010.

A Tabela 2 oferece um comparativo da situação de pobreza dentro da microrregião, tanto da relação entre os dois importantes índices (PIB *per capita* e índice de pobreza) como da configuração apresentada em cada município em relação a um aspecto considerado de urgente prioridade em qualquer gestão pública: a erradicação do analfabetismo, problema diretamente relacionado com os níveis de pobreza e com a pouca efetividade e/ou inexistência de políticas públicas quanto-qualitativamente suficientes e adequadas.

**Tabela 2** - PIB *per capita*, índice de pobreza e índice de analfabetismo da microrregião de Bertolândia. Piauí. 2003/2010

Municípios	PIB <i>per capita</i> (R\$) (2007)	Índice de pobreza-(%) (2003)	Pessoas de 15 a 24 anos que não sabem ler e escrever-(%) (2010)
Sebastião Leal	8.676,00	52,72	27,7
Antônio Almeida	5.018,00	66,04	24,08
Porto Alegre do Piauí	3.749,00	54,97	27,60
Bertolândia	3.110,00	59,83	24,09
Manoel Emídio	2.753,00	54,04	24,2
Landri Sales	2.697,00	59,58	26,60
Eliseu Martins	2.718,00	64,72	3,2
Colônia do Gurguéia	2.498,00	70,62	22,00
Marcos Parente	2.497,00	59,14	25,2

Fontes: Elaboração própria a partir dos dados brutos do IBGE Cidades (2011e).

No geral, a receita municipal e o rendimento a que os moradores tinham e têm acesso provêm especialmente das fazendas de soja. Entretanto, com uma ou outra discrepância, em toda a microrregião, o PIB *per capita*, mesmo quando expressivo, está combinado com altos índices de pobreza. Isso pode indicar a existência de concentração de renda e, por outro lado, da pouca influência das fazendas de soja para a mudança dos índices de inclusão social na cidade.

Além dos rendimentos auferidos na sojicultura, também contribuem nesse aspecto o pequeno comércio varejista, o emprego público e o trabalho diarista na agricultura de abastecimento, conforme explicitou o entrevistado Paulo: “um servicinho aqui, outro ali quando um vizinho

precisa. Aqui, não tem serviço, não. A gente dá graças a Deus quando aparece uma coisa. É difícil, aqui.” Em agosto de 2010, o valor pago pela diária de trabalho era de R\$ 25,00.

Sobre o quadro de empresas locais, as quais estariam gerando os postos de trabalho e emprego para a população, tanto no campo como na cidade, o IBGE Cidades (2011c) notifica que no município existem 18 empresas registradas, as quais empregam 147 pessoas, pagando o salário médio de 1,8 salários mínimos.

Para um município onde se encontram instaladas duas grandes fazendas de soja e uma série de outras de pequeno porte, esse total de empregados parece diminuto; porém, a realidade de emprego na soja permite esclarecer a situação. Em entrevista realizada com o gerente da Fazenda Progresso - a maior do entorno do município, com área plantada de 22.800 ha e um faturamento da ordem de R\$ 30.000.000,00 para 2010 - tomamos conhecimento, durante a pesquisa de campo, de que a mesma empregava apenas 123 pessoas, lotadas no campo (em serviços especializados ou não) ou no escritório. Os empregados vêm de Bertolínia, Landri Sales, Uruçuí, no Piauí, e de Balsas (MA), sendo apenas seis deles de Sebastião Leal. A empresa reclama da resistência dos trabalhadores do município-sede em aceitar as condições, horários e demais exigências do trabalho, o que a levou a deixar de contratá-los. A pequena distância física (17 km) fazia com que, por exemplo, os empregados resistissem em permanecer na fazenda ao fim do expediente, retornando apenas no final da semana. Com os trabalhadores de fora, não enfrentavam tal “dificuldade”, dentre outras similares, conforme reclamadas.

No caso da Fazenda Chapada do Céu/Girassol, havia 37 trabalhadores para atuação no escritório, tratamento de 2.500 ha de agricultura e 2.500 ha de pecuária. Apenas quatro empregados eram de Floriano; os demais, procedentes de Bertolínia e Sebastião Leal. A Fazenda não objetiva contratar empregados do município-sede.

Muito embora o trabalho nas fazendas seja mecanizado, o resultado do cruzamento **extensão da terra X posto de trabalho gerado** impressiona pela magnitude. Por meio de uma simples operação aritmética, chegamos à conclusão de que na Fazenda Progresso são necessários 185,4 ha de terra explorada para gerar cada um dos postos de trabalho, enquanto que na Fazenda Chapada do Céu/Girassol são

necessários 135,1 ha.

Conforme os dados demonstram, a grande plantação do agronegócio não vem gerando os tantos empregos que o discurso hegemônico em torno da soja tem prometido, justificando os massivos investimentos governamentais. Além disso, os empregos gerados se dão sob condições precárias. Os trabalhadores têm contratos temporários de apenas três meses, enquanto serviços gerais, sendo obrigados a cumprir jornadas exaustivas de 12 horas ininterruptas de trabalho, alternadas em turnos diurno e noturno, conforme informaram patrões e empregados, embora a carteira de trabalho esteja assinada com a jornada legal de 8 horas. O restante, contabilizado como hora extra, sequer fica plenamente esclarecido, calculado e remunerado, conforme as palavras de Paulo:<sup>5</sup> [...] mas nunca é oito, não. Essa é a obrigação, mas lá você sempre faz extra. Sai R\$ 1,00 e pouquinho. [...] Também, no fim, a gente não sabe direito o tanto...”

De um modo geral, consolida-se a insegurança de trabalho e de renda e a dependência do trabalhador em relação à monocultura, o que pode estar fechando e reproduzindo o ciclo **necessidade - ida à fazenda - necessidade**. Essa realidade vai de encontro às dinâmicas da agricultura tradicional local, tanto em relação ao calendário agrícola camponês e às sistemáticas de trabalho como à possibilidade de permanência dos mais jovens nas pequenas propriedades e reprodução dos modos de vida.

Quanto aos estabelecimentos produtivos rurais, no geral, encontramos em Sebastião Leal 549 unidades produtivas, distribuídas, conforme a natureza da propriedade e a área ocupada (cf. Tabela 3).

**Tabela 3** - Unidades produtivas: quantidade e área. Sebastião Leal. Piauí. 2006

Natureza da propriedade	Quant. de unid. produtivas	Área ocupada (ha)	
		Por unid. prod.	Total
Propriedade individual	443	103,76	45.965
Soc. anônima ou por cotas	2	9.675,00	19.350
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas	1	37.000,00	37.000
Assentado s/ titulação definitiva	20	27,10	542
Arrendatário	02	-	-
Parceiro	15	102,47	1.537
Ocupante	13	9,00	117
Produtor sem área	53	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do Censo Agrapecuário 2006 (IBGE, 2009).



Ainda conforme o levantamento do Censo Agropecuário 2006, apenas 27 estabelecimentos do município se ocupavam de lavouras permanentes, com área de 790 ha, enquanto que as terras ocupadas com lavoura temporária somavam 22.349 ha, distribuídos por 308 estabelecimentos rurais (IBGE, 2009). A produção daquele ano ficou configurada conforme ilustrado na Tabela 4.

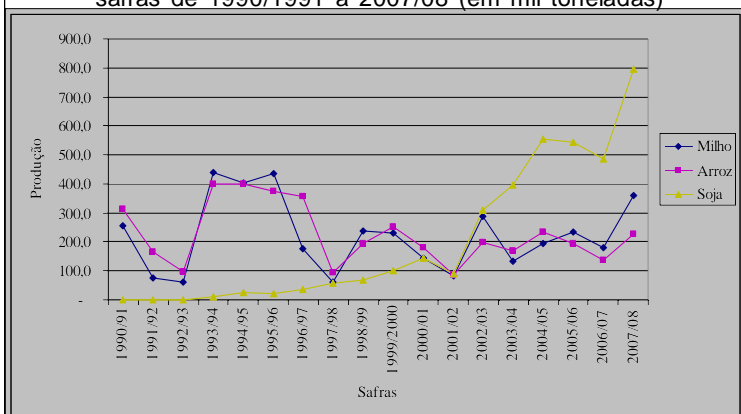
**Tabela 4** - Produção da lavoura temporária. Sebastião Leal. Piauí. 2006

Produto	Quant. de unid. produtivas	Produção (ton)	
		Por unid. prod.	Total
Feijão de corda	25	0,24	6
Feijão fradinho	209	0,22	45
Milho	144	36,7	5.286
Soja	4	8.961,0	35.844

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009)

As tabelas permitem depreender que no município abordado vige uma estrutura concentradora de terras quanto às unidades produtivas e ao tipo de produção efetivado. Fica sugerido também que, no período estudado, a produção de milho e feijão pode advir especialmente dos pequenos estabelecimentos, reafirmando, já naquela época, a escolha da soja como produto principal do agronegócio, como ratificam os achados de Dantas e Monteiro (2010), ilustrados no Gráfico 2.

**Gráfico 2** - Produção de milho, arroz e soja no Piauí safras de 1990/1991 a 2007/08 (em mil toneladas)



Fonte: Dantas e Monteiro (2010).

A produção referente ao ano de 2010 (Tabela 5) vem reafirmar a prioridade da soja nos campos do agronegócio, evidenciando, entretanto, uma mudança em relação à produção do milho e do algodão, oleaginosas bem cotadas no mercado interno e externo, foco da intermediação comercial de *commodities* realizada pelas *trades* do

agronegócio que operam na região, especialmente após as iniciativas brasileiras quanto à produção do biodiesel. Os produtos que poderiam abastecer o mercado local, barateando o custo de vida - como o feijão e o arroz -, não despertam o interesse dos produtores que hoje exploram o cerrado piauiense.

**Tabela 5** - Produção da lavoura temporária. Sebastião Leal. Piauí. 2010. (em ton.)

Soja	Milho	Algodão	Arroz	Feijão
24.168	24.030	13.500	1.998	155

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do IBGE Cidades (2011f).

Não obstante o perfil produtivo do município, a literatura especializada e os próprios sujeitos participantes da pesquisa têm apontado que a escolha política do modelo agroindustrial ora em ofensiva distancia-se da orientação social da produção e, desse modo, não enfrenta os problemas mais cruciais das populações locais, como ampliação de renda, acesso a direitos sociais e consequente usufruto dos bens e riquezas sociais (FUNAGUAS, 2010). Além disso, a questão premente da ameaça ao ecossistema dos cerrados, de perda de patrimônio genético, contaminação de solos e águas, conforme assinalado por Dantas e Monteiro (2010), sedimentam a ideia de que a ocupação dos cerrados piauienses, nos termos em que vem ocorrendo, encerra um grave problema social para as populações locais, como apontam alguns, como, por exemplo, Seu Vicente, de Roça Nova:

Quando a soja se instalou veio a promessa do emprego, mas hoje a gente é mais prejudicado, do que beneficiado. Eles fazem contrato de 30, 40 dias [...] e pior é o desmatamento. [...] Até doença que não tinha aqui, era raro ouvir falar de câncer, agora tem e muito. [...] A produção deles não serve para a comunidade. Eles não interessam em negócio pequeno. Eles não têm nenhum interesse. Eles vendem é de mil toneladas pra fora.

Como se pode ver na magistral síntese do agricultor, uma grave e complexa situação se engendra localmente. Quando da pesquisa, pudemos presenciar que seus rebatimentos têm sido deixados para resolução por cada pequeno produtor, em nível individual e de acordo com suas restritas margens de gestão de cada problema enfrentado (SILVA, 2011).



## 5 Conclusão

A atual expressão do campo em Sebastião Leal, como evidenciado, é fruto direto do processo algo recente de aquisição de terras e ocupação produtiva a partir da ação de agricultores oriundos das regiões sul e sudeste do Brasil ou por estrangeiros - em menor proporção - estabelecidos nos cerrados piauienses, mais intensamente a partir dos anos 1990. Embora estabelecidos, inclusive no que respeita à propriedade e ao uso da terra, com fartos incentivos público-estatais recebidos através de iniciativas e programas governamentais, o resultado final do processo produtivo pouco resulta em benefícios para os agricultores locais, seja em emprego direto, em melhoria real do capital injetado no município, seja em possibilidade de se produzir ou consumir um alimento saudável a preço mais baixo e sob condições laborais não precarizadas.

Por outro lado, os processos engendrados pela realidade de produção e circulação dos bens advindos das fazendas de soja, ambientados na contemporânea expressão do capitalismo mundial, guardam semelhanças - desde o seu nascedouro até aos desdobramentos atuais - com as condições presentes no agronegócio brasileiro como um todo. Como tal, as repercussões da realidade posta não se resumem ao ambiente natural, às relações com a terra e às condições objetivas de produção, circulação e consumo dos produtos; indubitavelmente, suscita importantes mudanças também para as culturas locais em geral, implicando na alteração dos modos de vida, das pautas orientadoras da convivência social, das práticas e trocas intergeracionais, com impactos diretos sobre as condições gerais de produção e reprodução da agricultura de abastecimento conforme existente até então nos cerrados do Piauí ●

### Notas:

- (1) A mesorregião do sudoeste piauiense abrange 62 municípios. Destes, compõem a microrregião de Bertolândia: Antônio Almeida, Bertolândia, Colônia do Gurgueia, Eliseu Martins, Landri Sales, Manoel Emídio, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí e Sebastião Leal.
- (2) Dos nove municípios da microrregião de Bertolândia, seis têm população masculina maior que a feminina, contrariando a estatística que encontramos no estado do Piauí, bem como em todos os outros estados do Nordeste e no próprio Brasil, onde as mulheres são maioria. Careceria de maior investigação no sentido de se entender se a **reorientação da agricultura** que, de algum modo,

envolve todos esses municípios em relação a este fenômeno (IBGE CIDADES, 2011e).

(3) Na pesquisa de campo, pudemos apurar *in loco* que o médico da cidade, residente em Teresina, permanece no município de Sebastião Leal de quarta-feira a sábado.

(4) Os moradores também se orientavam por esta interpretação: "Só por volta de 1985 a gente deu conta de que no cerrado produzia arroz!", disse Seu Vicente, lembrando que apenas os baixões eram aproveitados pelos agricultores locais. Essa ideia é corroborada por Sousa ([s.d.], p. 49), ao apontar que no município "Existem também os solos tipo aluvião e massapé, predominantes nos brejos e baixões, onde é explorada a cultura de arroz pelos pequenos produtores."

(5) Embora esse seja o padrão geral encontrado quanto aos trabalhos realizados e às jornadas cumpridas, entre os trabalhadores da soja de Sebastião Leal persiste a opinião de que a Fazenda Chapada do Céu/Girassol oferece melhores condições de trabalho no que se refere a alojamento, alimentação e relação com os proprietários.

### Referências

- AGUIAR, R. B.; GOMES, J. R. C. *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea*. Estado do Piauí. Diagnóstico do município de Sebastião Leal. Fortaleza: CPRM, 2004. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/205.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2010.
- DANTAS, K. P.; MONTEIRO, M. S. L. Custos dos efeitos internos da produção de soja no cerrado piauiense. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 48, n. 4, p. 619-633, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n4/a06v48n4.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.
- FUNDAÇÃO ÁGUAS DO PIAUÍ - FUNAGUAS. *Diagnóstico sobre a exploração dos cerrados piauienses*. Disponível em: <<http://www.funaguas.org.br/trabalhos/t3.htm>>. Acesso em: 18.mai.2010.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. In. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009. Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002*. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2003.
- IBGE 2004
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. CIDADES. *Piauí*. Sebastião Leal. Infográficos: histórico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=221063&search=piaui|sebastiao-leal|infograficos:-historico>>. Acesso em: 26 ago. 2011a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. CIDADES. *Piauí*. Floriano. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220390&search=piaui|floriano>>. Acesso em: 26 ago. 2011b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. *Piauí*. Sebastião Leal. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=221063&search=pialui|sebastiao-leal>>. Acesso em: 26 ago. 2011c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. *Piauí*. Sebastião Leal: síntese das informações. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=221063&idtema=16&search=pialui|sebastiao-leal|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 26 ago. 2011d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. *Piauí*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=22&search=pialui>>. Acesso em 26 ago. 2011e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. *Piauí*. Sebastião Leal. produção agrícola municipal: lavoura temporária - 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=221063&idtema=74&search=pialui%7Csebastiao-leal%7Clavoura-temporaria-2010>>. Acesso em: 28 ago. 2011f.

MONTEIRO, M. S. L.; AGUIAR, T. J. A. Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. p. 173-209.

MORAES, M. D. C. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. p. 173-209.

SOUSA, I. A. S. *História de Sebastião Leal*. Sebastião Leal: [s.n.], [s.d.]. (manuscrito).

SILVA, M. V. *Pisando em terra firme(?)*: identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal - PI. 2011. 175 f. Relatório (Pós-doutorado) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

**\* Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.**